

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Agosto/2017 (Dados de Junho/2017)



Desempenho Fiscal

União registra deficit primário de R\$ 56,1 bilhões no 1º semestre de 2017, com crescente risco de descumprimento da meta anual. No âmbito do governo central, as expectativas de mercado apontam para deficit anual de R\$ 145,3 bilhões, frente à meta de deficit de R\$ 139,0 bilhões.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2017

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		LDO	DIFERENÇA (B)-(A)
	EM JUNHO	ATÉ JUNHO (A)	META DO ANO (B)	
Sector Público Consolidado	-19,6	-35,2	-143,1	-107,9
União	-20,1	-56,1	-142,0	-85,9
Governo Central	-19,9	-54,8	-139,0	-84,2
Empresas Estatais Federais	-0,1	-1,4	-3,0	-1,6
Estados e Municípios	0,5	21,0	-1,1	-22,1

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.408/2016 (LDO 2017) e Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre de 2017 para as metas do ano.

O resultado primário da União em junho de 2017 foi deficitário em R\$ 20,1 bilhões. No acumulado do ano, apurase deficit de R\$ 56,1 bilhões. Entre os grandes agregados fiscais, destaca-se a participação do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que registrou deficit primário de R\$ 82,9 bilhões nos primeiros seis meses de 2017. Sem a Previdência, portanto, o resultado acumulado seria superavitário.

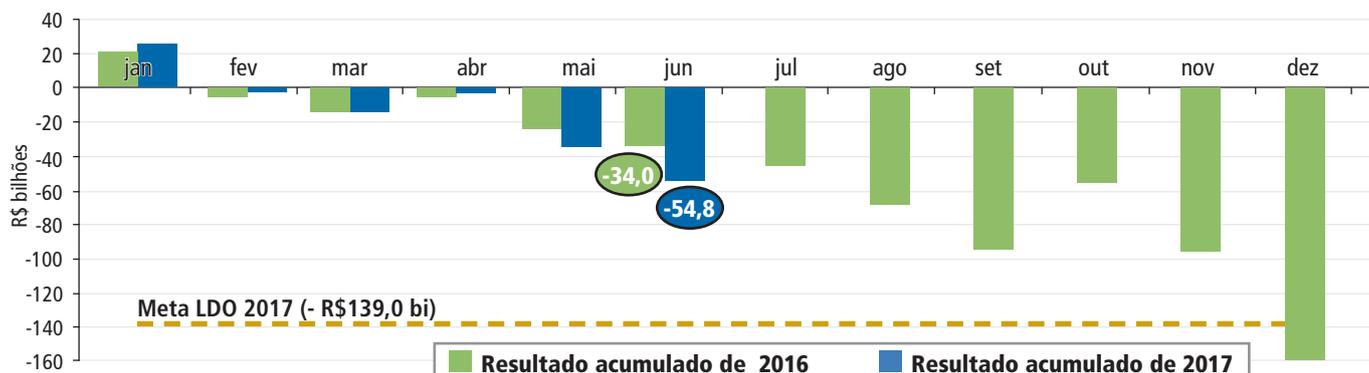
Prospectivamente, destaca-se que, no âmbito do governo central (que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais), a mediana das projeções de mercado informadas pelo Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (edição de julho), aponta para deficit de R\$ 145,3 bilhões em 2017, o que implicaria inobservância da meta de deficit de R\$ 139,0 bilhões. A possibilidade de frustração de receitas extraordinárias, combinada com a dificuldade de estabelecer crescentes contingenciamentos de gastos discricionários, pode levar o Poder Executivo a propor alteração da meta fiscal.

Importa esclarecer que, no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2017, o Poder Executivo anunciou o retorno da meta de deficit do governo central para R\$ 139,0 bilhões, em vez dos R\$ 138,8 bilhões definidos ao final do 2º bimestre do ano. A meta de deficit das estatais federais, por sua vez, retorna para os R\$ 3,0 bilhões fixados na LDO 2017. Trata-se de compensação entre metas promovida com amparo no art. 2º, § 3º, da LDO 2017, que em nada altera a meta de deficit primário da União, fixada em R\$ 142,0 bilhões.

Cabe reiterar que 2017 representa o primeiro ano de vigência do Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95, de 2016), o qual limita por 20 anos os gastos primários da União. Embora tal medida contribua para o esforço de contenção de despesas e geração de resultados fiscais mais favoráveis, persiste o risco de descumprimento de metas de resultado primário em 2017.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2016-2017)

Resultado primário acumulado do ano (2016 - 2017)



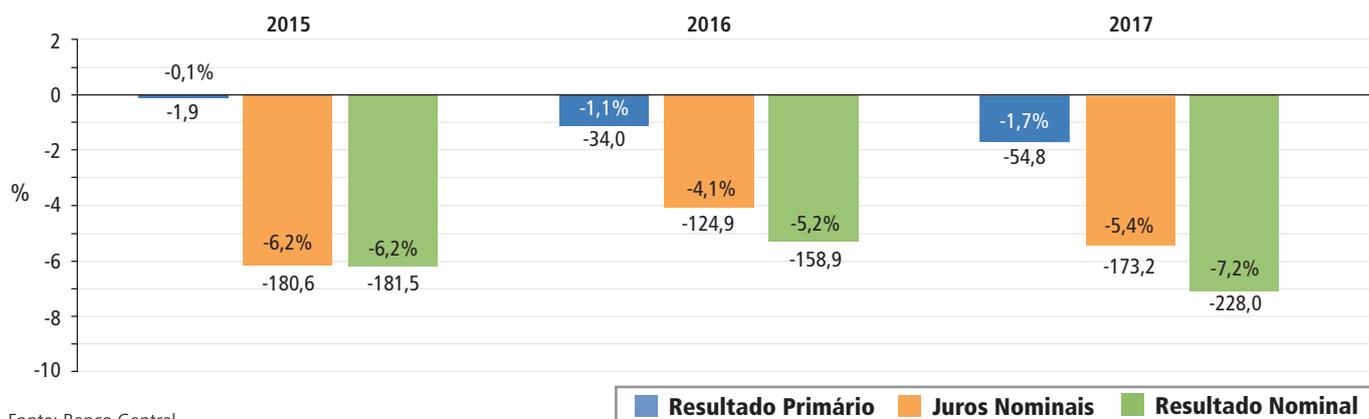
Fonte: Banco Central

Em junho de 2017, o governo central apresentou déficit primário de R\$ 19,9 bilhões, frente a déficit de R\$ 10,5 bilhões apurado no mesmo mês de 2016. No 1º semestre do ano, o resultado acumulado foi deficitário em R\$ 54,8

bilhões (1,7% do PIB). No mesmo período de 2016, o déficit primário acumulado foi de R\$ 34,0 bilhões (1,1% do PIB).

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2015-2017)

Resultados fiscais do governo central — Até Junho (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central

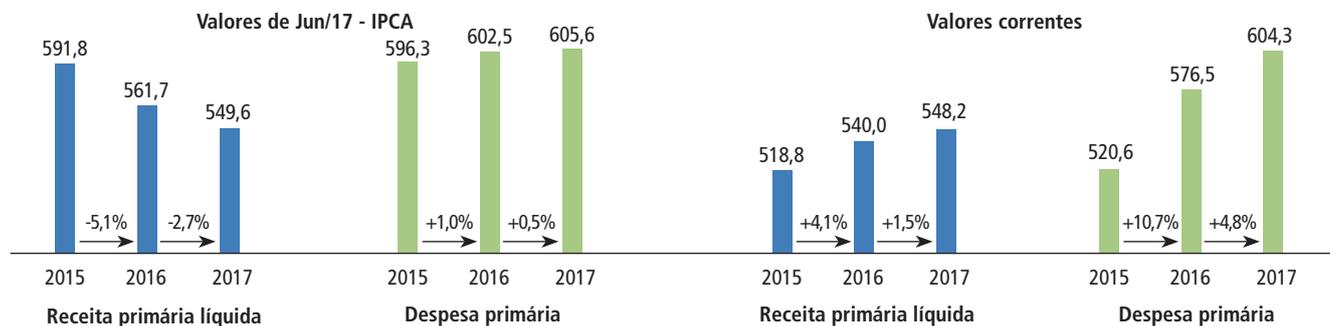
O resultado nominal do governo central no 1º semestre de 2017 foi deficitário em R\$ 228,0 bilhões (7,2% do PIB). Em 2016, o déficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 158,9 bilhões (5,2% do PIB).

Os juros nominais líquidos, apropriados por competência, alcançaram R\$ 173,2 bilhões (5,4% do PIB) até junho, comparativamente aos R\$ 124,9 bilhões (4,1% do PIB) apurados no mesmo período do ano anterior.

Não obstante as últimas reduções da taxa básica de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), atualmente no patamar de 9,25% a.a., as despesas reais com juros tendem a se manter elevadas ao longo do ano, vis-à-vis a queda da inflação. Esse fato, somado à persistência do déficit primário e ao baixo crescimento econômico, mantém inalterado o preocupante cenário de crescimento do estoque da dívida, conforme registrado no item F.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan - Jun (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 2,7% no 1º semestre de 2017, relativamente ao mesmo período de 2016. Por sua vez, a despesa primária teve crescimento real de 0,5%.

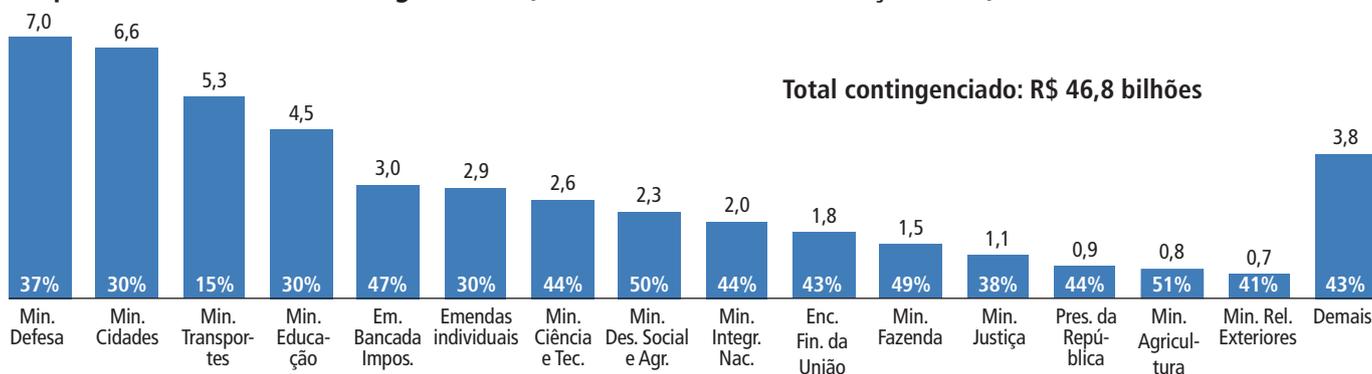
O decréscimo na receita líquida em termos reais, de R\$ 15,2 bilhões (2,7%) é explicado, principalmente, pela diminuição nas receitas não administradas pela RFB em R\$ 6,7 bilhões (8,5%), pela redução da arrecadação líquida para o RGPS em R\$ 3,3 bilhões (1,8%) e pela elevação nas transferências por repartição de receita em R\$ 7,0

bilhões (6,3%), contrabalançada por aumento de R\$ 1,8 bilhão (0,4%) nas receitas administradas.

A ampliação da despesa é explicada pelo incremento das despesas com benefícios previdenciários em R\$ 16,7 bilhões (6,9%) e com pessoal e encargos sociais em R\$ 13,9 bilhões (11,3%), parcialmente compensadas pela diminuição das despesas discricionárias do Executivo em R\$ 21,3 bilhões (16,0%) e de outras despesas obrigatórias em R\$ 6,2 bilhões (5,9%), com destaque para Subsídios, Subvenções e Proagro e Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha.

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Despesas discricionárias contingenciadas (em R\$ bilhões e % da dotação atual)



Fonte: Decreto 8.961/2017, atualizado até o Decreto 9.113/2017, e Siga Brasil. O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais de 32% foi calculado sobre o total autorizado na LOA 2017 para o Poder Executivo (R\$ 9,0 bilhões). O montante de execução obrigatória, conforme disciplina a Constituição, é de 1,2% da RCL apurada em 2016 (R\$ 8,6 bilhões). Considerado esse valor, o contingenciamento representou 29% do montante disponível para execução.

Conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2017, o Poder Executivo apurou a necessidade de ampliar em R\$ 6,0 bilhões o volume de contingenciamento das despesas discricionárias da União. Essa nova parcela de limitação de empenhos decorre da redução de R\$ 1,6 bilhão na estimativa da receita primária líquida e da previsão de incremento de R\$ 4,6 bilhões nas despesas primárias. Identifica-se, em adição, não haver mais necessidade de compensar R\$ 0,2 bilhão

em decorrência da previsão de resultado primário desfavorável das empresas estatais.

Vale destacar que a redução da receita primária líquida já contempla a previsão do aumento de arrecadação decorrente tanto da elevação de PIS e Cofins sobre combustíveis quanto da aplicação do art. 2º da Lei 13.463/2017, relativo à devolução de precatórios não sacados pelos credores

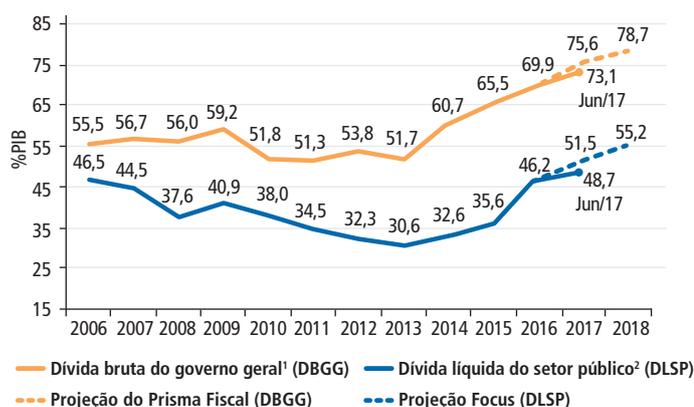
e depositados há mais de 2 anos em instituição financeira oficial.

Pelo lado da despesa, destaca-se a incorporação do impacto primário projetado de R\$ 6,3 bilhões resultante da reclassificação fiscal das despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), efetuada a fim de minimizar a discrepância estatística entre as óticas de apuração acima e abaixo da linha.

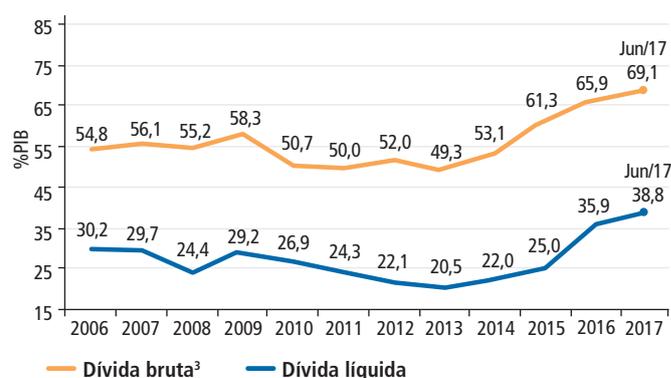
Editado o Decreto 9.113/2017, e desconsiderando-se o Ministério da Saúde, que não sofreu limitação, encontram-se contingenciados R\$ 46,8 bilhões da dotação atualizada até o mês de julho, conforme detalhamento do gráfico, o que equivale a 37,5% das despesas discricionárias autorizadas do Poder Executivo, exceto Ministério da Saúde, que correspondem a R\$ 124,9 bilhões.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2006 a jun/2017



Governo Federal - 2006 a jun/2017



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal e Relatório Focus de 28/07/2017. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

Até junho, a dívida bruta do governo geral (DBGG) cresceu 0,6 p.p. em relação ao fim de maio de 2017 e alcançou 73,1% do PIB (R\$ 4,7 trilhões). Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 50,4% do PIB (R\$ 3,2 trilhões) em junho, e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 17,2% do PIB (R\$ 1,1 trilhão). A dívida mobiliária federal interna totalizou R\$ 3,2 trilhões (50,6% do PIB) em junho, registrando acréscimo de R\$ 103,5 bilhões em relação a maio. O resultado refletiu emissões líquidas de R\$ 72,2 bilhões, acréscimo de R\$ 0,3 bilhão em razão da depreciação cambial, incorporação de juros de R\$ 22,8 bilhões e ajuste patrimonial de R\$ 8,2 bilhões.

Os resultados fiscais deficitários do mês de junho, comentados nos itens A a C, mantêm a tendência de alta do endividamento público. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de julho, a DBGG deve alcançar 75,6% do PIB ao final deste ano e 78,7% do PIB ao término de 2018.

A dívida líquida do setor público (DLSP) alcançou 48,7% do PIB (R\$ 3,1 trilhões) em junho, aumentando 0,6 p.p. em relação ao mês anterior. No ano, a elevação de 2,5 p.p. na relação DLSP/PIB decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 3,2 p.p.), do déficit primário (aumento de 0,6 p.p.), do reconhecimento de dívidas (aumento de 0,1%), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,9 p.p.), da desvalorização cambial acumulada de 1,5% (redução de 0,2 p.p.) e do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,2 p.p.).

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 0,5 p.p. em junho de 2017 frente ao mês anterior e alcançou 69,1% do PIB (R\$ 4,4 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal aumentou 0,3 p.p. no período e registrou 38,8% do PIB (R\$ 2,5 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Diretora: Ana Claudia Castro Silva Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Bruno Rocha, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | **Impressão:** Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal